

O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas

RESUMO

A origem de campos de estudos como a Comunicação provém de um duplo movimento. O primeiro é um movimento interno da própria ciência, que é de convergência e de sobreposição de conteúdos e metodologias, e que se faz notar de forma crescente no desenvolvimento histórico recente das Ciências Sociais. O segundo é o movimento de ruptura histórica ocasionado pelo que se convencionou chamar de processo de globalização. No presente texto dou seguimento a reflexões anteriores sobre o tema, para agora focar o duplo movimento acima assinalado, problematizando: 1) os sentidos da noção de *campo* e de *campo acadêmico*; 2) a *disciplinarização* que norteou o nascimento e desenvolvimento das Ciências Sociais e em seqüência, os estudos de Comunicação; 3) a sociedade global como *sociedade da comunicação*; 4) os dilemas da institucionalização do campo da Comunicação no Brasil.

ABSTRACT

The origin of the Communication field is a double movement. The first one is an internal movement of the proper science, a movement of convergence and overlapping of contents and methodologies, and that it is noticed in the recent historical development of Social Sciences. The second one is the movement of historical rupture caused by what we called the globalization process. In the present text I reflect upon that to focus on the double movement above to discuss: 1) the meaning of the notions of *field* and *academic field*; 2) the “*disciplinarização*” that guided the birth and development of Social Sciences and after that, the studies of Communication; 3) the global society as a communication society; 4) the dilemmas of the institutionalization of the Communication field in Brazil.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Campo acadêmico (*Academic field*)
- Epistemologia (*epistemology*)
- Transdisciplinaridade (*transdisciplinarity*)

Maria Immacolata V. de Lopes

ECA/USP

Dividimos e relacionamos o saber de três modos distintos: intelectualmente como disciplinas; organizacionalmente como estruturas corporativas; e culturalmente como comunidades de estudiosos que compartilham certas premissas básicas.

Immanuel Wallerstein

Acho que o inconsciente de uma disciplina é a sua história; as condições sociais de produção ocultadas, esquecidas, são o inconsciente: o produto separado de suas condições sociais de produção muda de sentido e exerce um efeito ideológico.

Pierre Bourdieu

Inscrever na ordem do dia a multidisciplinaridade. Não aquela das grandes construções prometéicas de uma nova Enciclopédia, mas aquela que provoca o encontro ao redor de um mesmo objeto de estudo de pesquisadores pertencendo a metodologias múltiplas. Estabelecer com eles alianças, aproveitando o prestígio atual da comunicação e prevenindo-se contra as tendências à hegemonia das antigas disciplinas.

Armand Mattelart

1 Os sentidos da noção de *campo* e de *campo acadêmico*

A produção da ciência depende intrinsecamente das suas condições de produção. Estas são dadas pelo contexto discursivo que define as condições epistêmicas de produção do conhecimento e pelo contexto social que define as condições institucionais e sócio-políticas dessa produção. A autonomia relativa do “tempo lógico” da ciência em relação ao “tempo histórico” é que faz da sociologia da ciência ou do conhecimento um instrumento imprescindível para “dar força e forma à crítica epistemológica ou

crítica do conhecimento, pois permite revelar os supostos inconscientes e as petições de princípios de uma tradição teórica” (Bourdieu, 1975:99).

É dentro dos marcos da sociologia da ciência que Pierre Bourdieu desenvolve sua noção de campo científico. De antemão, vale-se de sua noção de campo:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar este campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (Bourdieu, 1997: 57).

Fazer sociologia da ciência, segundo o autor, é analisar as condições sociais de produção desse discurso e que são a estrutura e o funcionamento do campo científico. O campo científico é análogo ao acadêmico, pois residem aí tanto as condições de produção (sistema de ciência) como de sua reprodução (sistema de ensino).

Segundo Bourdieu (1983: 122-155), o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial pelo monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder político; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade, que é socialmente outorgada a um agente determinado. Essa legitimidade é, portanto, reconhecida socialmente pelo conjunto dos outros cientistas (que são seus concorrentes) à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, corre-

lativamente, a *autonomia* do campo.

Ao sublinhar a indissolubilidade entre o saber especializado e o reconhecimento social presente na *autoridade* do cientista, Bourdieu afirma que a posição de cada um no campo é tanto uma posição científica como uma posição política e que suas estratégias para manter ou conquistar lugar na hierarquia científica possuem sempre esse duplo caráter. Correlativamente, os *conflitos epistemológicos* são, sempre, inseparavelmente, *conflitos políticos* e, assim, uma pesquisa sobre o poder no campo científico poderia perfeitamente só comportar questões aparentemente epistemológicas. Resulta, então, ser “inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais (políticas) das práticas essencialmente *sobre-determinadas*” dos agentes envolvidos (Bourdieu, 1983:124).

A importância da noção de campo científico de Bourdieu é essencialmente heurística por diversas razões. Em primeiro lugar, por permitir romper com a imagem hagiográfica que vem normalmente incorporada à noção de “comunidade científica”, mesmo em autores como Kuhn (1976), que dá lugar ao conflito em sua teoria funcionalista da evolução científica. Em segundo lugar, porque dentro da concepção estruturalista que está na base de sua análise do campo, Bourdieu analisa dialeticamente as posições estruturadas com as práticas estruturantes dos agentes¹. As práticas são vistas como *estratégias*, portanto, como ações refletidas, sempre com o duplo caráter indicado acima (científico e político) e que se orientam como *estratégias de conservação/sucessão* ou *estratégias de subversão*. Essas estratégias dependem das posições ocupadas pelos agentes no campo, isto é do capital científico e do poder que ele lhes confere. Os agentes chamados por Bourdieu de *dominantes* dedicam-se às estratégias de conservação ou de sucessão (através de seus discípulos) visando assegurar a manutenção da ordem científica com a qual se identificam. Essa ordem, a que ele chama

de *ciência oficial*, não se reduz ao conjunto de recursos científicos herdados do passado que existem no *estado objetivado*, sob a forma de instrumentos, obras, instituições, etc., e no *estado incorporado* sob a forma de hábitos científicos, sistemas de esquemas gerados de percepção, de apreciação e de ação. São também uma espécie de ação pedagógica que torna possível a escolha dos objetos, a solução dos problemas e a avaliação das soluções, que é a essência do *sistema de ensino*. Complementarmente, existem instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios) e ainda o sistema de circulação constituído pelas revistas científicas, livros e congressos, que operam em função de critérios oficiais de avaliação.

Temos aí delineado um quadro de análise de grande densidade explicativa. A ciência acaba sendo definida por Bourdieu como um campo de práticas institucionalizadas de produção (pesquisa), reprodução (ensino) e circulação de capital e poder científicos. Entretanto, devido à distinção que ele traça entre formas objetivadas das práticas (rituais) e formas subjetivadas dessas práticas (estruturas mentais interiorizadas, isto é, *habitus*), é possível identificar aí o que outros autores trabalham como sendo as representações sociais (Moscovici). As representações sociais da ciência funcionam como matéria prima das identidades científicas, fruto das formas simbólicas introjetadas, isto é, da cultura científica interiorizada. Cabe aqui retomar idéias de ações estratégicas dos sujeitos agentes (agency) antagônicas - e que o antagonismo, seguindo Bourdieu, é o princípio da estrutura e da transformação de todo campo social - que agem no sentido da continuidade (estratégias de conservação) e da mudança (estratégias de subversão). Bourdieu, diferente de Kuhn, acredita ter havido uma revolução inaugural na ciência quando ela se autonomizou dos campos político e religioso, com a revolução copernicana, "que nos dá o paradigma no verdadeiro sentido da palavra" (p.141). Com o

crescimento da autonomia do campo científico, o próprio funcionamento deste, como "ciência normal", passa a se definir através de "revoluções ordenadas", como diz Bachelard, ou revoluções permanentes, que estão inscritas na própria lógica da história da ciência, isto é, da polêmica científica. O que leva Bourdieu a afirmar que o campo científico "encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade" (p.143). É que o campo provê permanentemente as condições tácitas da discussão que se desenha entre a ortodoxia e a heterodoxia, entre o controle e censura, por um lado, e a invenção e ruptura, por outro.

Esta extensa reprodução da análise do campo científico feita por Bourdieu justifica-se, a meu ver, pelas seguintes razões:

- 1) para criticar aqueles que apressadamente vêm nas mudanças internas de uma "ciência normal" sempre sinais de "crise de paradigmas";
- 2) para impedir que se identifique automaticamente lutas institucionais com lutas epistemológicas ou, dito de outro modo, as conquistas institucionais são condições necessárias, porém não garantem *per se* o fortalecimento teórico de um campo;
- 3) para evitar que se confunda o subcampo do ensino (reprodução) com o subcampo da pesquisa (produção) dentro do campo acadêmico.

Acredito que esse delineamento básico ajudará a esclarecer a questão da disciplinarização do campo da comunicação.

2 A difícil herança do estatuto disciplinar da Comunicação

A crítica da ciência não é nova. Qualquer estudo é sempre feito dentro dos quadros de referência herdados do passado de uma ciência, do que é sua história ou sua tradição. Porém, os objetos de estudo, por seu caráter histórico, dinâmico e mutável, colocam permanentemente em cheque essa tradição no sentido de sua renovação e revisão. A tradição é vista como um ponto de

partida, na qual enraiza-se a identidade de uma ciência, porém, nunca no sentido de fechar um saber, mas de abri-lo para dar continuidade à sua construção, pois um saber não é, em essência, nem estático, nem definitivo. É sobre a tensão constante entre a tradição e a mudança no campo científico que reside a base do surgimento de estudos e diagnósticos que buscam sua reestruturação. Como afirma Octavio Ianni:

Se as ciências sociais nascem e desenvolvem-se como formas de auto-consciência científica da realidade social, pode-se imaginar que elas podem ser seriamente desafiadas quando essa realidade já não é mais a mesma. O contraponto de pensamento e pensamento, ou de lógico e histórico, pode alterar-se um pouco, ou muito, quando um dos termos modifica-se; e mais ainda quando ele se transfigura (1992: 171).

Tomada como novo paradigma histórico-social, a *sociedade global* produz uma ruptura histórica de amplas proporções e em todas as dimensões. No dizer de Ianni, “com as metamorfoses do ‘objeto’ e a simultânea alteração das possibilidades que se abrem ao ‘sujeito’ da reflexão, colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos” (Ianni, 1994:34).

Na pesquisa de comunicação, as diversas tradições teórico-metodológicas, tal como nas ciências sociais em escala mais ampla, têm sido postas em revisão nos últimos anos. Em trabalhos anteriores (Lopes, 2000, 2003), registrei o aumento das *análises auto-reflexivas* no campo da Comunicação. A multiplicação de propostas de reformulação teórica dos estudos da comunicação manifesta uma insatisfação generalizada com o estado atual do campo e a urgência de repensar seus fundamentos e de reorientar o exercício de suas práticas. São análises convergentes, se bem que nem sempre complementares, análises que realizam re-

visões, redefinições, reestruturações, reinterpretções e rupturas com categorias analíticas, esquemas conceituais, métodos de investigação. Não obstante, são análises reveladoras da complexidade e multidimensionalidade dos fenômenos comunicativos num mundo cada vez mais globalizado, multiculturalizado e tecnologicado, mas também cada vez mais fragmentado e desigual.

O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de *intersecção* que não é, em hipótese alguma, uma amálgama ou síntese de saberes. É, antes, um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos. São os percursos disciplinares já trilhados nas tradições dos estudos da comunicação que autorizam parafrasear Canclini que diz: “Estudar a (cultura) comunicação requer converter-se num especialista de intersecções” (Canclini, 1999: 69).

Por outro lado, isso significa abrir mão das certezas disciplinares e do poder dado pela ortodoxia, a que Giddens chama de “consenso ortodoxo”. Ao contrário, o pensamento heterodoxo impele a estratégias de mudança, como vimos em Bourdieu, e nos leva de volta ao caráter institucional do campo científico.

3 A institucionalização das Ciências Sociais

O relatório da *Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais*, presidida por Immanuel Wallerstein, e intitulado *Abrir as ciências sociais* (1996), está estruturado acerca de uma discussão histórica dos processos de *disciplinarização* das ciências sociais desde o século XVIII até a atualidade.

Há dois pontos polêmicos que constam do *Relatório Gulbenkian* sobre a reestruturação das ciências sociais.

O primeiro é o de que a divisão interna das ciências sociais em múltiplas disci-

plinas resultou principalmente de decisões institucionais que quase sempre mantiveram laços fracos com o debate propriamente epistemológico. E o segundo ponto é a proposta de trabalho transdisciplinar com base na crítica da prática interdisciplinar.

O *Relatório Gulbenkian* tem por base a história dessas ciências feita com base em seu crescente processo de institucionalização e de mudanças nas formas organizativas do trabalho científico. Detém-se nas mudanças ocorridas a partir de 1945, no pós-guerra, com o desenvolvimento da guerra fria, os investimentos no desenvolvimento científico e a concentração dos pólos científicos em alguns países, com a hegemonia dos Estados Unidos. Entre as conseqüências destas mudanças em nível mundial sobressai a questão da *validade das distinções no interior das ciências sociais*, baseada em clivagens estabelecidas pelo paradigma da ciência do século XIX para as então nascentes ciências sociais, que passa a ser profundamente contestada. Essas clivagens eram: a) a demarcação entre o estudo do mercado (a economia), do estado (a ciência política) e da sociedade civil (a sociologia); b) a divisão entre o estudo do mundo moderno/ocidental (a economia, sociologia e política) e o mundo não-moderno/não-ocidental (a antropologia); c) do mundo presente (a economia, sociologia e política) e o mundo passado (a história). Posteriormente a 1945, a inovação acadêmica mais importante foi, segundo o relatório, a criação de estudos por áreas ou regiões (URSS, China, América Latina, África, Europa Central, Sudeste Asiático, etc), uma nova categoria institucional (a geográfica) que levou a um reagrupamento do trabalho intelectual. Esses novos estudos por área eram, por definição, “multidisciplinares” e as “motivações políticas subjacentes à sua origem eram bastante explícitas” (p.60). Chama-se a atenção para o fato de que os estudos por áreas atraíram para o interior de uma estrutura única pessoas cuja filiação disciplinar atravessava *transversalmente* as três clivagens já referidas. Ci-

entistas sociais de origens e inclinações diferentes encontraram-se frente a frente com geógrafos, historiadores da arte, estudiosos das literaturas nacionais, epidemiologistas e até geólogos. Passaram a produzir currículos em conjunto, a participar nas bancas de doutoramento dos alunos uns dos outros, a assistir congressos organizados por especialistas de cada área e, principalmente, passaram a ler os livros uns dos outros e a publicar artigos nas novas revistas transdisciplinares de cada especialidade. Estas práticas vieram pôr a nu o muito que havia de artificial nas rígidas divisões institucionais do conhecimento associado às ciências sociais.

Considero importante transcrever a avaliação que o *Relatório* faz desse movimento de convergência e de sobreposição entre as disciplinas.

Não só se tornou cada vez mais complicado achar linhas de diferenciação nítidas entre elas, quer no respeitante ao seu objeto concreto de estudo, quer no que concerne às modalidades de tratamento dos dados, como também sucedeu que cada uma das disciplinas se tornou cada vez mais heterogênea, devido ao alargamento das balizas dos tópicos de investigação considerados aceitáveis. Uma das formas de lidar com esta situação foi a tentativa de criar novas designações ‘interdisciplinares’, como sejam os estudos da comunicação, as ciências da administração e as ciências do comportamento (p.72-3).

Estes campos “interdisciplinares” manifestaram um “questionamento interno considerável em torno da coerência das disciplinas e a legitimidades das premissas intelectuais que cada uma delas havia utilizado para defender seu direito a uma existência autônoma” (p.72-3).

O segundo ponto polêmico do *Relatório* é a proposta de reestruturar as ciências sociais com base no estabelecimento, no interior das estruturas universitárias, de *pro-*

gramas integrados de investigação transversais às balizas de demarcação tradicionais, os quais seriam “novas vias de diálogo e de troca para *além* das disciplinas e não apenas *entre* elas” (p. 124).

A crítica à interdisciplinaridade é explícita e, não obstante reconhecer-se que se constituiu numa forma de abordagem criativa, ela não teria implicado uma frutuosa fertilização recíproca entre as disciplinas, condição única que faria a interdisciplinaridade merecedora de um maior aprofundamento e desenvolvimento.

Em trabalho anterior, Wallerstein (1991) já criticara os méritos da pesquisa e do ensino interdisciplinar em seu duplo sentido. O primeiro é o da combinação de perspectivas de diversas disciplinas sobre um objeto (por exemplo, o trabalho) e a lógica dessa abordagem leva à formação de uma equipe multidisciplinar ou a um só pesquisador estudando diversas disciplinas relacionadas ao objeto. O segundo sentido é o da localização do objeto nas fronteiras de duas ou mais disciplinas, sendo que a lógica desta abordagem pode dirigir-se eventualmente ao desenvolvimento de uma nova disciplina autônoma (é o que aconteceu com a lingüística, por exemplo).

Sabe-se que as múltiplas disciplinas existem desde que há múltiplos departamentos acadêmicos nas universidades em todo o mundo, cursos de graduação nessas disciplinas e associações nacionais e internacionais de pesquisadores destas disciplinas. Isto é, nós sabemos *politicamente* que diferentes disciplinas existem. Elas têm uma organização delimitada, estrutura e pessoal para defender seus interesses coletivos e assegurar sua reprodução coletiva. Mas isto nada nos diz acerca da validade das *exigências intelectuais* da separação, exigências que presumivelmente justificam só a rede organizativa (Wallerstein, 1991: 239).

Por isso, os méritos do trabalho inter-

disciplinar nas ciências sociais não chegaram a solapar significativamente a força dos aparatos organizacionais que protegem as disciplinas separadas. E mesmo o contrário pode ser verdadeiro. Um pesquisador, ao justificar que precisa aprender do outro o que não pode conseguir no seu próprio nível de análise com suas metodologias específicas e que o “outro” conhecimento é pertinente e significativo para a resolução dos problemas intelectuais sobre os quais está trabalhando, tende a reafirmar e não a embaralhar os dois conhecimentos. O trabalho interdisciplinar não é, *per se*, uma crítica da compartimentação existente nas ciências sociais, além de lhe faltar o toque político para afetar as estruturas institucionais existentes.

Mas, pergunta o autor: as várias disciplinas das ciências sociais são disciplinas?

Etimologicamente, a palavra *disciplina* é vinculada a discípulo ou estudante e é antitética à *doutrina* que é a propriedade do doutor ou professor. Portanto, doutrina concerne à teoria abstrata e disciplina é relativa à prática e ao exercício. A primeira tem a ver com a produção e a segunda com a reprodução do conhecimento.

Na história das ciências sociais, uma disciplina só aparece depois de um longo trajeto de prática quando torna-se doutrina, ensinada e justificada pelos doutores e professores. Mas, com isso, pergunta-se o autor, atingiu-se um nível defensável e coerente de análise ou apenas separou-se um assunto?

Todas as divisões em assuntos derivaram intelectualmente da ideologia liberal dominante no século XIX que argumentava que o estado e o mercado, a política e a economia, eram setores analiticamente separados, cada um com suas regras ou “lógicas” particulares. Sabemos o que as dificuldades de fronteiras causaram nos itinerários intelectuais dos campos (sociologia, política, economia e antropologia), e que eles foram complexos e variados. Porém, como o mundo real evoluiu, a linha de contato entre “primitivo” e “civilizado”, “polí-

tico” e “econômico” embaraçou-se. Invasões intelectuais tornaram-se comuns, porém, os invasores moveram as estacas, mas não as quebraram.

A questão diante de nós, hoje, é se há algum critério intelectual que possa ser usado para assegurar de um modo relativamente claro e defensável as fronteiras entre as quatro presumidas disciplinas de antropologia, economia, ciência política e sociologia. A “análise do sistema-mundo” (*world systems analysis*), proposta pelo autor, responde com um inequívoco “não” a esta questão. “Todos os critérios presumidos - nível de análise, objeto, métodos, teorias - ou não são verdadeiros na prática ou, se sustentados, são linhas divisórias para um conhecimento adicional mais do que estímulos para a sua criação” (p. 241).

Ou, colocado de outro modo, as diferenças dentro de uma disciplina tendem a ser maiores do que as diferenças entre elas. Isto quer dizer, na prática, que a sobreposição é substancial e, na história desses campos, ela tem crescido todo o tempo. Isto não quer dizer que todos os cientistas sociais devam fazer um trabalho idêntico. Há sempre necessidade de especialização em *campos de estudo (fields of inquiry)*. O autor dá um exemplo esclarecedor de que especialização e disciplinarização não são sinônimos, mas que a segunda é uma forma própria do século XIX para controlar a primeira. Entre 1945 e 1955 as disciplinas separadas botânica e zoologia fundiram-se em uma única disciplina chamada biologia. Desde então a biologia tem sido uma disciplina florescente e gerou muitos sub-campos, mas nenhum que tenha os contornos da botânica ou da zoologia.

Portanto, os *campos de estudo* aparecem como um novo padrão emergente a que se pode chamar *transdisciplinarização* ou *pós-disciplinarização* (Fuentes, 1998), quer dizer, um movimento para a superação dos limites entre especialidades fechadas e hierarquizadas, e o estabelecimento de um campo de discurso e práticas sociais cuja legitimidade acadêmica e social vai cada vez

mais depender da profundidade, extensão, pertinência e solidez das explicações que produza, do que do prestígio institucional acumulado.

Em resumo, a crítica à compartimentação das ciências sociais tem, portanto, a ver com clivagens colocadas por paradigmas histórico-intelectuais do século XIX e que, segundo o *Relatório Gulbenkian*, são mais clivagens ideológicas e organizativas do trabalho intelectual do que propriamente derivadas de exigências internas do conhecimento, isto é, epistemológicas, teóricas e metodológicas

4 Sociedade global, Ciências Sociais e Comunicação

Há, entretanto, outro aspecto que deveria ser acrescentado a esse poderoso argumento. Trata-se da *relação orgânica* entre as ciências sociais e a comunicação na medida em que a sociedade moderna foi sendo cada vez mais plasmada nas formas da comunicação moderna. Dois exemplos são suficientes: um saber como o da antropologia não seria possível sem o encontro entre civilizações e grupos humanos diferentes em escala cada vez mais intensa, e um estudo como o de Habermas sobre a opinião pública revelando a importância desta na constituição da sociedade civil moderna, e a emergência da idéia de esfera pública ligada aos mecanismos da informação e da comunicação social. Daí, no dizer de Vattimo:

As ciências humanas, ciências que nascem de fato somente na modernidade, estão condicionadas, em uma relação de determinação recíproca, pela constituição da sociedade moderna como sociedade da comunicação. As ciências humanas são ao mesmo tempo efeito e meio do posterior desenvolvimento da *sociedade da comunicação generalizada* (1992:20-21).

Chega-se, assim, a definir a intensifi-

cação dos fenômenos comunicativos, a acentuação da circulação das informações não somente como um aspecto a mais da modernização, senão como o próprio centro e o sentido mesmo deste processo.

É no objeto-mundo “com sentido” que as ciências humanas e a comunicação se encontram. No mundo “comunicado”, que tanto os *media* como as ciências humanas nos oferecem, constitui-se a objetividade mesma do mundo e não somente interpretações diferentes de uma “realidade” de alguma maneira “dada”. A realidade do mundo como algo que enfim não é uma reunião de visões disciplinares do empirismo ingênuo, mas algo que se constrói como contexto de múltiplas narrativas. Tematizar o mundo nestes termos é precisamente a tarefa e o significado das ciências humanas. É neste sentido, também, que o debate metodológico passa a ocupar um amplo espaço nas ciências sociais de hoje, porque discutir a realidade globalizada ou mundializada, como paradigma social e epistemológico, passa a ser uma questão central e substantiva para desdogmatizar as ciências sociais e discutir a própria construção da ciência como discurso. Admitir o caráter intrinsecamente histórico desse discurso (epistemologia histórica de Bachelard) é reconhecer nas ciências sociais as formas de autoconsciência social em que elas sempre se constituíram (Ianni), através da revelação das pluralidades dos mecanismos e das armaduras internas de sua construção.

Na nova percepção de espaço e o tempo que configura este começo de século desdobra-se um mapa de sintomas e desafios para as Ciências Sociais, uma agenda nova para a investigação (Martín-Barbero, 2001). Especificamente no que aqui problematizo, na dificuldade das ciências sociais em tratar do *fenômeno comunicacional*, há algo mais que o *déficit* de legitimidade acadêmica de que este padece como “objeto de estudo” recente.

Parece mais, pois diríamos que sociólogos, antropólogos e cientistas políticos

perceberam de forma obscura o estalido das fronteiras que a Comunicação carrega pela configuração de seus objetos móveis, nômades, de contornos difusos, impossíveis de encerrar nas malhas de um saber positivo e rigidamente parcelado. Nas transformações que emergem da experiência comunicacional há um fermento de mudanças no próprio saber.

Mudanças de época sempre são acompanhadas por mudanças na socialidade e na cognição, o que leva Octavio Ianni (1994) a afirmar que as rupturas históricas nem sempre acarretam rupturas epistemológicas, mas quase sempre vêm acompanhadas por estas.

De acordo com este autor, as Ciências Sociais são filhas de rupturas históricas – a revolução francesa e a revolução industrial – e se desenvolveram dentro do paradigma histórico-epistemológico da sociedade nacional ou da modernidade. Frente ao novo objeto, a sociedade global, as Ciências Sociais são postas diante de novos desafios históricos e epistemológicos. Nas palavras de Ianni:

Muito dos seus conceitos, categorias e interpretações são postos em causa. Alguns tornam-se obsoletos, outros perdem parte de sua vigência e há os que são recriados. Mas logo se coloca o desafio de criar novos. À medida em que a realidade social passa por uma verdadeira revolução, quando o objeto das ciências sociais se transfigura, nesse contexto descortinam-se outros horizontes para o pensamento. (...) Como a problemática da globalização se encontra em processo de equacionamento empírico, metodológico e teórico, apenas começa a ser percebida em suas implicações epistemológicas, como as questões de espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato (1994 154;156).

5 Comunicação e transdisciplinaridade

Como vimos, para nós, estudiosos da comunicação, este é um momento histórico particular, pois vemos colocada a comunicação no centro da sociedade contemporânea e no seu próprio sentido. É nesse momento que residem as explicações mais plausíveis para a “explosão da comunicação”, a explosão dos cursos de comunicação e, principalmente, a explosão da importância dos estudos de comunicação. Estamos longe das enganosas explicações sobre as fantasias midiáticas dos jovens que fariam crescer vorazmente as faculdades de comunicação ou sobre a inespecificidade dos estudos de comunicação.

É no entroncamento dos processos de institucionalização acelerada dos estudos de comunicação com o crescimento da insatisfação generalizada com a sua disciplinarização no contexto das ciências sociais (Wallerstein) e, também, com a sociedade da comunicação, (Vattimo) que se pode identificar a *institucionalização transdisciplinar dos estudos de comunicação* a que remete o sociólogo italiano Mario Morcellini. Para a comunicação, vale a sua metáfora de que a comunicação é “indisciplinada” (Morcellini e Fatelli, 1996), o que a torna um “paradoxo” em face à aceleração do seu processo de institucionalização acadêmica, pelo menos desde a última década². É a preocupação com esse mesmo paradoxo que leva Capparelli e Stumpf a afirmar:

A Comunicação, na sua dimensão institucional, procura se organizar de forma autônoma, mas não em termos epistemológicos. Não que os objetos de estudo tivessem se tornado particulares ou que os pressupostos teóricos fossem próprios. Na verdade, a massa crítica sobre o fenômeno criou nichos de pesquisadores situados, em termos profissionais ou burocráticos, nos chamados departamentos de comunicação. Em outras palavras, o

campo institucional procurou se especializar. Um paradoxo: procurou se especializar institucionalmente no momento em que a fragmentação aumenta em termos de interfaces e de perspectivas teóricas (1998: 9).

Não obstante à correção do diagnóstico, meu esforço é demonstrar que esse paradoxo é aparente, sustentando que, no caso dos estudos de comunicação no Brasil, a sua institucionalização como campo acadêmico é concomitante a uma progressiva afirmação de seu estatuto *transdisciplinar*. Em outros termos, é um caso de luta para afirmar-se institucionalmente um *campo acadêmico transdisciplinar* e para afirmar-se o estatuto *transdisciplinar* da comunicação. Este estatuto, como tratei de mostrar aqui, não constitui um caso isolado, mas, antes, deve ser entendido como fazendo parte de movimento contemporâneo de reconstrução histórica e epistemológica das ciências sociais.

Duas observações decorrem dessa posição. A primeira é que a reestruturação transdisciplinar das ciências sociais não implica em dissolver a formação de pesquisadores nem a prática científica em generalidades, mas sim em articular nela a experiência e os recursos de diversos ramos e enfoques em uma síntese que, na proliferação de objetos de estudo abordados, conflua enquanto lógica científica para a produção de conhecimento pertinente e consistente, e que responda às necessidades sociais, mais além das “grupais”, que, em todo caso, somariam-se em uma identidade maior para assim fortalecer-se. A segunda observação é que a transdisciplinarização assim entendida não supõe uma arbitrária e radical dissolução da estrutura disciplinar no institucional, e menos no cognoscitivo ou enquanto processo de formação. É precisamente através da conquista do rigor teórico-metodológico e da ampliação e consolidação do domínio dos saberes até agora fragmentados em disciplinas que nós, pesquisadores nas ciências sociais, poderemos avançar a partir do espaço acadêmico, juntamente com o nosso tempo sociocultural.

6 O campo da Comunicação no Brasil e seus dilemas (A pesquisa acadêmica de comunicação no Brasil ou o paradoxo da institucionalização da transdisciplinaridade de um campo)

O pensamento epistemológico no campo da Comunicação no Brasil constitui uma perspectiva recente que se manifesta no crescimento de análises auto-reflexivas. Elas têm se expressado, por exemplo, em trabalhos de reconstrução histórica do campo e de teorização dos objetos de pesquisa de comunicação no Brasil feitos, entre outros, por José Marques de Melo, Antonio Fausto Neto, M. Immacolata V. Lopes, Luiz Martino, José Luiz Braga, Lucrécia Ferrara, Muniz Sodré, Ciro Marcondes Filho, Lúcia Santaella e Francisco Rüdiger. Assim, dentro desse corpo sistemático de reflexões, faz-se necessário aprofundar a questão da condição disciplinar da pesquisa da Comunicação.

Como já afirmei, acredito que esta preocupação epistemológica deve-se a um imperativo do momento atual. Em verdade, trata-se dos desafios cognitivos trazidos pelos processos de globalização e que se traduzem na chamada “crise de paradigmas”.

Como *novo constructo teórico-metodológico* e macrocategoria das Ciências Sociais, a *globalização* envolve necessariamente a dialética singular-diverso e universal-global. O que implica em não priorizar um momento em detrimento do outro, mas em reconhecer que ambos se constituem reciprocamente, articulados de modo harmônico, tenso e contraditório, envolvendo múltiplas mediações

Segue-se, então, a questão que mais nos interessa. É que a reflexão sobre a sociedade global transborda os limites convencionais desta ou daquela ciência social e logo fica evidente que qualquer análise envolve necessariamente várias ciências. Os múltiplos aspectos da sociedade global põe em dúvida se ainda há algum critério que possa ser usado para assegurar, com relativa clareza e consistência, as fronteiras

entre as disciplinas sociais. No dizer de Wallerstein (1990:402): “Todos os critérios presumíveis – níveis de análise, objetos, métodos, enfoques teóricos – ou não são mais verdadeiros na prática, ou, se mantidos, são obstáculos a conhecimentos posteriores, antes do que estímulos para a sua criação”.

Para o campo da Comunicação, este pode ser um contexto privilegiado, a ser positivamente apropriado, uma vez que também os seus limites disciplinares são colocados em contestação, exigindo assim um olhar crítico sobre o passado da sua prática de pesquisa.

Podemos dizer que os estudos da Comunicação foram marcados desde os seus começos, entre os anos 20 e os 30, pelo paradigma de Lasswell, responsável por uma visão fragmentada e parcelar do processo de comunicação que se mantém até hoje: estudos do emissor, do canal, da mensagem e do receptor. Em cada um desses fragmentos como que houve uma “especialização” em determinados aportes disciplinares. Assim, os estudos do emissor na economia política; os estudos do canal na análise tecnológica; os da mensagem na lingüística e os do receptor na sociologia ou na psicologia e, mais recentemente, na antropologia.

Acrescido a esse problema epistemológico do resgate da totalidade e da integração do processo de comunicação, a prática da pesquisa de Comunicação, segundo Moragas (1985), tem sido meramente pluri-disciplinar, isto é, feita com a colaboração de distintas disciplinas para o reconhecimento de um objeto comum, cada uma delas a partir de sua ótica particular, o que leva apenas a uma justaposição de conhecimentos díspares e não à sua integração. Segundo o autor, o desenvolvimento do campo caracteriza-se hoje como interdisciplinar, pois implica o confronto e o intercâmbio de métodos e pontos de vista. Para ele, um grau superior de colaboração dar-se-ia na transdisciplinaridade, etapa ainda não alcançada, que não se limitaria a posicionar

um objeto comum, a compartilhar ou complementar enfoques metodológicos, senão que trabalharia com conceitos e teorias comuns às distintas ciências sociais. A solução destes problemas, para o autor, deve ser confiada à investigação epistemológica das próprias Ciências Sociais, onde se insere a Comunicação. Mas para o meio tempo, enquanto isso não acontece, Moragas faz uma proposta factível de interdisciplinaridade através do manejo da bi-disciplinaridade (psico-sociologia, economia-política, sócio-linguística) dentro do estudo de relações bipolares entre emissor-canal, mensagem-receptor, mensagem-canal, etc.

Mesmo que se discorde da proposta, o mérito de Moragas estava em proceder a uma discussão teórica sobre o estatuto disciplinar da Comunicação, e que parece estar sendo retomada depois de mais de 15 anos, agora de forma convergente, a partir de uma perspectiva epistêmica, no meio da chamada “crise dos paradigmas” das Ciências Sociais.

Um aspecto central para esse avanço é, sem dúvida, o acerto de contas da pesquisa de Comunicação com suas heranças epistêmicas positivistas, dedutivistas e funcionalistas que devem ser desmontadas criticamente para dar lugar a lógicas mais complexas e pertinentes à multidimensionalidade do objeto da Comunicação.

É o caso do exercício do paradigma da complexidade (Morin, 1986;1991) e do paradigma do sistema-mundial (Wallerstein) ou da globalização (Ianni) nos estudos de Comunicação. Trata-se de um paradigma epistemológico transdisciplinar, porque foi constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções-chave e princípios-chave das mais diversas origens disciplinares.

Contrário à simplificação, Morin (1986:246) define paradigma da complexidade “como o conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo físico, biológico, antropossocial”. Assim, segundo ele, o

paradigma da complexidade não produz nem determina a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia-inteligência do sujeito investigador a considerar a complexidade do problema estudado. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de disjuntar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade-multiplicidade de toda a entidade em vez de torná-la heterogênea em categorias separadas ou de homogeneizá-la numa totalidade indistinta. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda a realidade estudada. O pensamento complexo só se manifesta à custa de uma recriação intelectual permanente, pois de outro modo arrisca-se a degradar-se, isto é, a simplificar-se. Hoje, um dos sintomas da “crise dos paradigmas” está na simplificação da teoria. Segundo Morin, a simplificação da teoria é de triplo espectro. Primeiro, ela está na *degradação tecnicista*, conservando-se da teoria aquilo que é operacional, manipulador, o que pode ser aplicado; a teoria deixa de ser *logos* para tornar-se *tecné*. Segundo, a simplificação esta na *degradação doutrinária*, pela qual a teoria torna-se doutrina, ou seja, torna-se cada vez menos capaz de abrir-se à prova da experiência, ao confronto do mundo exterior. E, terceiro, na *pop-degradação*, quando através da eliminação das dificuldades reduz-se a teoria a uma fórmula de choque, à sua vulgarização.

Por outro lado, o passado das Ciências Sociais foi feito de certezas conflitantes entre si e achamo-nos num presente caracterizado por grandes questionamentos, os quais incluem o próprio questionamento da possibilidade intrínseca de se possuir certezas. É ao mesmo a que se refere, em outros termos, Prigogine com o “fim das certezas” (1997).

A tônica em que insisto vai para aquilo que é complexo, temporal, instável e que corresponde a um movimento transdisciplinar que se afirma progressivamente. A crítica central recai sobre a artificialidade

dos limites disciplinares construídos notadamente no século XIX, tanto entre os domínios das Ciências Exatas, das Ciências Sociais e das Humanidades, como entre as disciplinas dentro de cada domínio, limites esses que foram mantidos mais por tradições institucionais do que intelectuais. Os desafios trazidos pela compreensão de novos objetos, como é a Comunicação, encaminham para a formação de novas sínteses disciplinares ou convergências disciplinares, isto é, de *transdisciplinas* ou *pós-disciplinas*.

A possibilidade de que a Comunicação aproveite positivamente dessa e de outras maneiras as conjunturas epistemológicas e metodológicas que a “crise dos paradigmas” nas Ciências Sociais abriu, pode advir paradoxalmente do fato de ela ser um espaço de conhecimento onde a institucionalização disciplinar tem sido mais débil. Apesar das condições desfavoráveis que isso supõe, talvez daí ela tenha arrancado o sentido crítico e transformador que tem sido uma das marcas distintivas do pensamento latino-americano em Comunicação.

Entretanto, a proposta transdisciplinar tem causado tensões e polêmicas na medida em que a institucionalização de um campo supõe sua especialização disciplinar.

A atual tendência latino-americana tem se expressado na proposta de inserir a pesquisa de Comunicação no espaço das Ciências Sociais e no desenvolvimento do enfoque sócio-cultural. Aí são vistos obstáculos à delimitação de um objeto próprio e à sua legitimação acadêmica. Por isso, torna-se necessário aumentar no campo da Comunicação o movimento de auto-reflexividade que se espraia em todo o campo das Ciências Sociais, com particular atenção à reflexão epistemológica crítica e atualizada. Acreditamos que a prática transdisciplinar pode se produzir através de movimentos de convergências e de apropriações mútuas, tais como, a partir da Comunicação são trabalhados processos e dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos e estéticos ao mesmo tempo que a sociologia, a antropologia e a

ciência política começam a se voltar, de forma não marginal, para os meios e os modos como operam as indústrias culturais.

A consciência crescente do estatuto transdisciplinar do campo permite dar conta da multidimensionalidade de que na sociedade se revestem os processos comunicativos e de sua crescente importância para a produção da modernidade em países como os da América Latina. É o que leva Martín-Barbero a afirmar que:

A transdisciplinaridade de modo algum significa a dissolução dos problemas-objeto do campo da comunicação nos de outras disciplinas sociais, mas a construção de articulações – intertextualidades – que fazem possível pensar os meios e as demais indústrias culturais como matrizes de desorganização e reorganização da experiência social e da nova trama de atores e de estratégias de poder (1996:62).

Em conclusão, o paradigma da transdisciplinaridade ou pós-disciplinaridade é consequência de fatores “internos” – a convergência que se nota nas modernas análises das Ciências Sociais e de fatores “externos” – o processo histórico da globalização, que se acumularam sobre o campo da Comunicação e que fazem dele *um lugar estratégico para o debate da modernidade*.

6.1 O campo de Pós-Graduação de Comunicação no Brasil

Segundo Bourdieu (1983), os estados iniciais de um campo científico são sempre marcados por poucos recursos científicos acumulados e por um grau de heterogeneidade mais elevado entre os seus agentes; daí a concorrência científica ser mais reduzida. A evolução de um campo científico se dá então no sentido da *indiferenciação para a diferenciação interna*, sendo que este movimento é correlato ao aumento da concorrência científica.

A competição que se instala num cam-

po é, ao mesmo tempo, científica e econômica. Por um lado, à medida que crescem os recursos científicos acumulados, que se expressam nos avanços da pesquisa, aumenta o grau de homogeneidade entre os concorrentes e isso faz aumentar a competição científica. Por outro lado, o crescimento da competição científica torna mais acirrada a luta pelos recursos econômicos do campo, que já são, por definição, escassos. Identificamos claramente esse percurso percorrido pela pós-graduação no campo da Comunicação. Conforme observa Capparelli:

A área da pós-graduação em Comunicação no Brasil está passando por mudanças poucas vezes observadas antes. Mestrados e doutorados antigos, alguns deles com mais de 20 anos, sofrem reestruturações profundas; cursos novos são criados; parcerias interinstitucionais, testadas; e, pela primeira vez assiste-se a uma descentralização geográfica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no país (1996:3).

Atualmente (2006) existem na área de Comunicação 22 mestrados e 12 doutorados credenciados pela CAPES.

Campo de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil

IES	Tipo	Programa	Mestrado	Doutorado	Local
USP	Pública Estadual	Ciências da Com.	1972	1980	São Paulo (SP)
UNRJ	Pública Federal	Comunicação e Cult.	1973	1983	Rio de Janeiro (RJ)
UnB	Pública Federal	Comunicação	1974	2002	Brasília (DF)
FUCSP	Privada Católica	Com. e Semiótica	1978	1981	São Paulo (SP)
UNESP	Privada Católica	Comunicação Social	1978	1995	S. B. do Campo (SP)
UNICAMP	Pública Estadual	Multimeios	1986	2000	Campinas (SP)
UFBA	Pública Federal	Com. e Cult. Contemp.	1990	1995	Salvador (BA)
FUCRS	Privada Católica	Comunicação Social	1994	1999	Porto Alegre (RS)
UNISINOS	Privada Católica	Ciências da Com.	1994	1999	S. Leopoldo (RS)
UFRGS	Pública Federal	Com. e Informação	1995	2001	Porto Alegre (RS)
UFMG	Pública Federal	Comunicação Social	1995	2003	Belo Horizonte (MG)
UFF	Pública Federal	Com. Imagem e Texto	1997	2002	Niterói (RJ)
UTF	Privada	Comunicação e Ling.	2000	-	Curitiba (PR)
UFFE	Pública Federal	Comunicação	2001	-	Recife (PE)
UNESP	Privada	Comunicação	2001	-	São Paulo (SP)
UNIDAR	Privada	Comunicação	2002	-	Macke (SP)
UNESP	Pública Estadual	Com. Midiática	2002	-	Bauré (SP)
UNRJ	Pública Estadual	Comunicação	2002	-	Rio de Janeiro (RJ)
FUCRJ	Privada Católica	Comunicação	2003	-	Rio de Janeiro (RJ)
UFPA	Pública Federal	Comunicação	2006	-	Santa Maria (PA)
UNPM	Privada	Com. e Prát. Comunic.	2006	-	São Paulo (SP)
UNBIO	Privada Católica	Com. e Cultura	2006	-	Sorocaba (SP)

Gráfico de 2006 (FPC) atualizado pela CAPES

De acordo com a tabela, nos 20 primeiros anos da pós-graduação em Comunicação foram criados 6 programas, e desde a década de 1990 foram abertos 16 programas, ou seja, quase 3 vezes mais do que nas décadas de 1970 e 1980.

Cinco cursos de Mestrado começaram a funcionar na década de 70 (USP, UFRJ, UnB, PUC-SP e UNESP), um na década de 80 (UNICAMP), 6 na década de 90 (UFBA, PUC-RS, UNISINOS, UFRGS, UFMG e UFF) e 10 nos anos 2000.

Dos 12 cursos de Doutorado, 3 iniciaram na década de 80 (USP, UFRJ e PUC-SP), 4 na de 90 (UFBA, UNESP, PUC-RS e UNISINOS) e 5 nos anos 2000 (UNICAMP, UFRGS, UnB, UFF e UFMG).

Se até o final dos 80 houve uma extrema concentração geográfica desses cursos (de 6 cursos, 5 estavam localizados no eixo São Paulo-Rio), na primeira metade dos anos 1990, ocorreu uma importante descentralização regional, com a criação do primeiro curso no Nordeste (UFBA) e em seguida de 3 cursos no Sul (PUC-RS, UNISINOS e UFRGS, todos no Rio Grande do Sul).

Na década de 1980, 4 cursos são públicos e 2 são privados confessionais; na década de 1990, 8 são públicos e 4 são privados confessionais; nos anos 2000, 12 são públicos, 6 são privados confessionais e 4 são privados.

Entretanto, como assinala Fausto Neto (2002), a pesquisa de pós-graduação no país é fundamentalmente acadêmica e pública, o que possivelmente se deve ao fato das universidades públicas vincularem com mais afinco e continuidade a pesquisa ao processo de capacitação de seus professores.

Segundo o Documento de Área da CAPES (2001-2003), o quadro global mostra 417 professores doutores nos PPG-COM e 2277 estudantes, sendo 65% mestrandos e 35% doutorandos.

Entre 1996 e 2003, a área apresentou 3.315 titulados, sendo 2.505 mestres e 810 doutores.

7 Perspectivas atuais da pós-graduação de Comunicação no Brasil

A expansão da pós-graduação em Comunicação foi marcada por dois movimentos, um no sentido de sua *regionalização* (como foi visto acima), e outro no sentido de uma *delimitação temática* mais rigorosa, o que assinala uma organização dos programas com perfis de estudo mais específicos, no caminho de uma maior diferenciação interna, como apontada por Bourdieu.

Essa identificação das áreas de estudo tem sido caracterizada por um processo bastante moroso e complexo. Na década de 1970, em virtude da juventude dos programas e de seu número reduzido, a oferta de áreas era superdimensionada, o que levava a esses programas praticamente “a abarcar tudo” e as linhas de pesquisa mal eram exercidas, muitas vezes levando a situações de “um professor uma linha de pesquisa”. Foi uma época de graves confusões entre os conceitos de “programa” equivalente ao curso como um todo), de “área de pesquisa” (área de concentração de pesquisa) e de “linha de pesquisa” (temática de estudo mais específica), o que expressava a indefinição de rumos. Na década de 1980, quando se iniciaram os doutorados, a situação pouco se alterou. A estruturação dos doutorados foi desenhada como um prolongamento dos mestrados, mantendo-se as mesmas áreas e linhas que funcionavam neste nível. Somente no final dos 90 é que começam a aparecer tentativas de especificação do doutorado, com programas que oferecem áreas e linhas de pesquisa exclusivas neste nível de pós-graduação.

De todo modo, é na década de 1990, com o surgimento de novos programas, que se torna visível o processo de caráter identitário na pós-graduação de Comunicação, no sentido dos programas dotarem-se de maior identidade científica. É evidente que isso só pode ser exercitado na medida em que cresce a competência e os recursos científicos do campo, acompanhados pelo aumento da competição científica, no dizer de Bourdieu.

Atualmente, as áreas temáticas (chamadas áreas de concentração) nos Programas de pós-graduação de Comunicação encontram-se firmadas em torno de uma tríade: *comunicação, cultura e tecnologia*. As linhas de pesquisa que mais se consolidam podem ser identificadas em alguns blocos. No primeiro bloco, temos: *teoria, tecnologias e discurso*; no segundo: *cultura e mídias*; e no terceiro: *organizações e política*.

Com apenas 34 anos de existência (o primeiro mestrado data de 1972 e o primeiro doutorado de 1980, ambos da USP), a pós-graduação de Comunicação percorreu um caminho que lhe tem conferido progressiva legitimidade acadêmica. Há muito ainda por fazer, principalmente testar novas experiências, trabalhar por uma maior competência científica dos programas, por uma identificação mais definida, bem como por sua maior inserção regional. Pelo mapeamento que acabo de fazer, não resta dúvidas de que se trata de um campo em processo de expansão, tanto quantitativo como qualitativo.

Notas

- 1 Apesar de não reduzir a importância do livro de Giddens (1989), muitos elementos de sua teoria da estruturação já se encontram desenvolvidos em Bourdieu, tanto conceitualmente nas categorias de campo e de habitus como no trabalho de pesquisa sobre a categoria do gosto.
- 2 Essa crescente institucionalização do campo acadêmico da Comunicação possui características próprias em alguns países da Europa, como a Itália, onde os cursos de graduação em Comunicação são criação recente, dos anos 90, e se dão num movimento contrário ao que aconteceu no Brasil e na América Latina. Lá, até então, os cursos eram de pós-graduação, tanto como cursos de especialização profissional (Master) como cursos de doutorado, o que fez com que a atividade de pesquisa antecederesse a de ensino no campo.

Referências

BOURDIEU, Pierre (1975). *El ofício de sociólogo*. México: Siglo XXI.

- ___ (1983). O campo científico. In: *Bourdieu* (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática.
- CANCLINI, Néstor García (1999). De cómo Clifford Geertz y Pierre Bourdieu llegaron al exilio. In: REGUILLO, Rossana y FUENTES, Raúl (coords.) *Pensar las ciencias sociales hoy*. Guadalajara: Iteso.
- CAPPARELLI, Sérgio e STUMPF, Ida (1998). A constituição da comunicação como campo de conhecimento multidisciplinar. I Conferência Científica da UFRGS. Porto Alegre.
- FAUSTO NETO, Antonio (2002). A pesquisa vista “de dentro de casa”. In: *Tensões e objetos*. Porto Alegre: Sulina.
- FUENTES NAVARRO, Raúl (1998). *La emergencia de un campo académico: continuidad utópica y estructuración científica de la investigación de la comunicación*. Guadalajara: ITESO/Un.Guadalajara.
- GIDDENS, Anthony (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- IANNI, Octavio (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IANNI, Octavio, 1994: Globalização: novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, 21, São Paulo: IEA-USP.
- KUHN, Thomas (1976). *As estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo (2003). Sobre o estatuto disciplinar do campo da comunicação. In: LOPES, M.I.V. (org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo (2000). Por um paradigma transdisciplinar para o campo da comunicação. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octavio et al. (orgs). *Desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- MARTIN-BARBERO, Jesús (1996). Comunicación fin de siglo. Para donde vá nuestra investigación? *Telos*, 47, Madrid.
- MARTIN-BARBERO, Jesús (2001). Deconstrucción de la crítica: nuevos itinerarios de la investigación. In: LOPES, M.I.V. e FUENTES, R.(comps.). *Comunicación. Campo y objeto de estudio*. Guadalajara: ITESO.
- MORAGAS, Miguel (1985). Ubicación epistemológica e ideológica de la comunicación. In: *Teorías de la Comunicación*. Barcelona: G.Gili.
- MORCELLINI, Mario e FATELLI, Giovambattista (1996). *Le scienze della comunicazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica.
- MORIN, Edgar (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Inst. Piaget.
- MORIN, Edgar (1986). *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa-América.
- PRIGOGINE, Ilya (1997). *La fin de las certidumbres*. Santiago de Chile: Ed. Andrés Bello.
- VATTIMO, Gianni (1992). *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'Água.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1999). *El legado de la sociología, la promesa de la ciencia social*. Caracas: Nueva sociedad.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. (1996). *Para abrir as ciências sociais*. Lisboa: Europa- América.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991). *Unthinking social science*. Cambridge: Polity Press.
- WALLERSTEIN, Emmanuel (1990). Analisis de los sistemas mundiales. In: GIDDENS, A., TURNER, J. et al. *La teoría social hoy*. Madrid: Alianza.